

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: AM-Madeira
 Data: 27.05.79 Pg.: 07

Exploração florestal, com o cuidado de preservar a mata

27.05.79 ESP

A exploração da floresta amazônica, por meio das chamadas florestas de rendimento, também já tem um sistema de aproveitamento econômico permanente, mais coerente para as características do ecossistema da região. Ficariam em posse do governo, que as arrendaria aos empresários para o aproveitamento da madeira; e estes, por contrato, se comprometeriam a obedecer uma série de normas que permitissem a preservação dos recursos.

A Sudam até já sugeriu a criação de uma entidade voltada exclusivamente para a exploração florestal da Amazônia, considerando que, pela sua natureza e complexidade, esse problema "exige tratamento específico, não sendo aconselhável mantê-lo integrado ao imenso elenco de encargos e atividades envolvidos na problemática florestal brasileira". Entre as diversas funções, administraria a fiscalização as florestas de rendimento com vistas à implementação nessas áreas de um Programa de Desenvolvimento do Setor Madeireiro.

O chefe do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido, instalado pela Embrapa em Belém, Cristo Nazaré Barbosa do Nascimento, alerta para a legislação a ser definida para esse aproveitamento precisa ter rigor ao deixar bem clara a exclusiva participação nacional no uso das matas, que, para o ex-presidente da empresa, José Irineu Cabral, teria de ser "clara e inofensiva".

A exploração das florestas de rendimento através de contratos de utilização florestal foi sugerida há pouco mais de três anos pela Sudam aos ministros do Interior e Agricultura. O primeiro trabalho sobre a questão — "estudos básicos para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento dos recursos florestais e de uso racional das terras da Amazônia" —, de Clara Pandolfo, definiu claramente, em 1974, que "a Amazônia brasileira encontra-se, atualmente, diante de uma encruzilhada: ou toma uma posição decisiva, organizando e racionalizando a exploração do imenso patrimônio florestal de que dispõe (...) ou permite que a exploração se faça em moldes rotineiros, nitidamente preda-

tórios e, neste caso, terá rapidamente destruída a sua reserva florestal". E alertou: "a utilização, no Norte, dos mesmos métodos e dentro das mesmas concepções vigentes até hoje, em todo o País, terá, como único e inevitável resultado a exaustão do patrimônio florestal amazônico".

Contratos como os que estão sendo propostos para a região já são feitos no México, Canadá, outros países da América Latina e Sudeste da Ásia. Calcula-se que somente nesses três continentes existem 100 milhões de hectares sendo explorados no mesmo sistema, em maior volume na Indonésia (12,5 milhões de ha), Filipinas (8,5 milhões), Camerão (9 milhões) e Gabão (7 milhões).

Com base em informações do Projeto Radam, a Sudam já selecionou 12 áreas, com um total aproximado de 40 milhões de ha, para a localização das primeiras florestas de rendimento. São as seguintes: no Acre, 6.292 mil ha nos municípios de Sena Madureira, Feijó e Tarauacá; Amazonas: 6.727 mil ha em Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant; 8.785 mil ha em Coari, Tafé, Eirunepé e Lábrea; e 5.189 mil ha em Humaitá e Manicoré. Pará: 619 mil ha em Prainha, Porto de Moz e Altamira; 1.773 mil ha em Oriximiná e Faro; 1.193 mil ha em Portel; 2.197 mil ha em Itaituba; 1.565 mil ha em Paragominas; e 2h9 milhões de ha em São Félix do Xingu. Maranhão: 726 mil ha em Pindaré Mirim. Amapá: 1.538 mil ha em Amapá, Macapá, Qlapique e Calçoene.

Os critérios usados para seleção dessas áreas levaram em conta a ocorrência de floresta densa com essências de valor comercial; existência de hidrovias navegáveis, possibilitando o escoamento da madeira; e a localização a uma distância mínima de 20 quilômetros do eixo das rodovias existentes ou projetadas, para permitir ampla faixa marginal a programas agrícolas.

As florestas de rendimento permitirão a exploração permanente da mata, pois as árvores somente seriam derrubadas, de tempos em tempos, a partir de um certo diâmetro. Isto poderia, inclusive, permitir o surgimento de maior número de espécies e o desenvolvimento das árvores menores, pois a maior luminosidade melhora as condições de fotossíntese; isto já foi confirmado na área experimental da Embrapa na Floresta Nacional do Tapajós, próximo de Santarém, onde, um ano após o desbaste das árvores com mais de 45 cm de diâmetro foram encontradas 20 mil novas regenerações naturais de essências florestais com aproveitamento econômica em apenas mil metros quadrados.

Nessa área, procura-se agir de modo a preservar limitando o trânsito de toras e tratores a trilhas que dividem a mata em talhões de mil m², a derrubada é feita com motoserras, procurando dispor as toras em forma de espinha de peixe, para facilitar a retirada. Elas são levadas para um parque de estocagem na mata e depois carregadas em caminhões para as balsas que as levarão às serrarias. Após a retirada das toras, os técnicos observam os danos causados à mata, se é necessário fazer o enriquecimento com espécies nativas de maior valor comercial, ou até mesmo fazer desbaste complementar para melhorar as condições de luminosidade que favorecerão o desenvolvimento das novas árvores.

Na Estação Experimental de Curuá-Una, a 110 Km de Santarém, a Sudam também pesquisa o manejo florestal, para desenvolver a tecnologia de exploração em áreas de terra firme durante todo o ano, com o uso de máquinas; determinar o melhor meio de transporte das toras, avallar o custo operacional e, inclusive, aproveitar-se desse trabalho para formar pessoal em todos os níveis de escolaridade, em planejamento, organização e execução da exploração e transporte florestal e também nas técnicas de pesquisa do setor. Em outra área, o IBDF, em convênio com a FAO, realiza trabalho semelhante para orientar a definição de uma futura política para exploração através das florestas de rendimento e, inclusive, definir as normas que serão necessárias. De sua parte, a Sudam já desenvolveu um sistema para a exploração mecanizada da floresta.

Cristo Nazaré Barboza do Nascimento, do Cpatu, acredita que o programa sugerido pela Sudam já poderia ser executado em 5 a 10% da área, e posteriormente ser ampliado, dependendo dos resultados. Alerta, entretanto, que a fiscalização precisa ser rigorosa quanto ao cumprimento das cláusulas de preservação e enriquecimento das matas, para evitar desastres ecológicos. O ideal, acrescenta o chefe da Unidade Estadual de Pesquisa Agropecuária do Amazonas, Luiz Antelmo Silva Melo, "seria fechar a Amazônia por 20 ou 30 anos até que se tenha um pacote tecnológico amplo sobre todas as possibilidades de aproveitamento e desenvolvimento da região. Mas é utopia e não nos podemos dar ao luxo de fazer isso".

A viabilidade do aproveitamento também já foi recomendada por uma comissão de membros da Presidência da República, IBDF, Sudam, Embrapa, CNPq, Inbra e da iniciativa privada, depois de serem informados sobre um estudo para aproveitamento industrial de 165 mil ha da Floresta Nacional do Tapajós e visitarem a área e, inclusive, verificando no local os projetos de aproveitamento florestal que são executados no sudeste asiático.

POTENCIAL

Considerando apenas as madeiras com aproveitamento comercial conhecido, o potencial da Amazônia brasileira está estimado em 50 bilhões de m³, o que representa 30% do estoque de madeira tropical em pé no mundo; a um valor médio de US\$ 100 por m³, significa uma riqueza teórica de US\$ 5 trilhões. Mas se o cálculo incluisse os 175 m³ encontrados em média na floresta, a grande parte sem aproveitamento comercial conhecido, essa riqueza atingiria a fábula de US\$ 4,9 quatrilhões.

A progressiva redução das reservas florestais de alguns países do Sudeste asiático (Malásia, Filipinas, Indonésia e Tailândia), que atualmente suprem 85% da demanda mundial, e que segundo previsões do IBDF estarão exauridas dentro de 3 a 5 décadas, fatalmente exigirá o aumento da participação amazônica no comércio mundial nos próximos anos. Quando no final do século o consumo mundial de madeiras tropicais elevar-se para 120 milhões de m³, conforme está previsto, o continente — especialmente a Amazônia — precisará estar contribuindo com 30 milhões de m³, contra apenas 5 milhões atualmente.

A mata amazônica, entretanto, está sendo depredada em consequência do grande fluxo

migratório e da falta de uma política de exploração racional. Um estudo calcula em 1 milhão de ha/ano a destruição média anual da mata nos últimos 15 anos onde não é feito o aproveitamento de madeira — que ocorre numa média de 45 m³ com valor comercial por ha —, o que significa que a floresta, a preços atuais, vem deixando de gerar US\$ 4,5 bilhões/ano — quase um terço das exportações em 1978.

De outro lado, grande parte das 500 indústrias madeireiras existentes na região ainda enfrentam escassez de matéria-prima por longos períodos durante o ano e, pode-se dizer, atravessam sérias dificuldades. Em geral, operam abaixo da capacidade e a maior parte demonstra temeridade pela expansão das atividades, devida à incerteza no fornecimento de madeira a longo prazo.

A maioria das unidades depende em grande parte da compra de toras de pequenos fornecedores, cortadas em geral nas terras particulares fornecidas pelos programas de colonização. As quantidades vendidas, entretanto, são muito pequenas; para se ter idéia do problema, existem algumas serrarias no Pará que têm de 100 a 150 fornecedores para conseguir receber 7 mil m³ mensais, enviados de distâncias de até 2 mil km por rio.

A limitada exploração florestal da Amazônia atualmente é bastante seletiva, concentrada ao longo dos rios (várzeas) e das rodovias construídas recentemente. Cerca de 60% das madeiras exploradas são de uma estreita faixa de florestas de várzea de 200 m de largura ao longo dos rios, aproveitando-se apenas 5 ou 10 m³/ha com o interesse restrito em uma ou duas espécies — principalmente a virola. Os 40% restantes da madeira amazônica vêm de exploração seletiva, principalmente de mogno e cedro em terra firme.

Além do grande potencial madeireiro da região, algumas espécies nativas também podem ser usadas em condições muito boas para a produção de papel e celulose. A ucuíba e o pará-pará, já selecionadas em pesquisas realizadas em Belém pelo Cpatu, são as melhores, segundo o técnico Célio Melo. A seguir destacam-se o umiri e o açazeiro e também pode ser usado em condições razoáveis matá-matá. Como essas essências ocorrem dispersas na floresta, Célio diz que a solução para o seu aproveitamento pode ser a mistura de diversas madeiras, já que uma fábrica precisaria de pelo menos 500 toneladas/dia.

Célio já selecionou uma área de 1,5 milhão de ha entre os km 50 e 217 da Santarém-Culabá, de onde seria possível retirar 70 espécies para mistura na produção de papel e celulose, aproveitando a condição excepcional de existir ali próximo, em Aveiro, uma reserva de salgema — matéria-prima para extração de cloro e soda cáustica, usadas no processo químico da produção de papel e celulose — com trilhões de toneladas. Em Monte Alegre e Itaituba existem outras reservas de calcário, também usado no processo de recuperação da lixívia. Só existem atualmente na Amazônia duas indústrias de papel e celulose: a Jarí, usando floresta homogênea de essências exóticas; e a Fábrica de Celulose e Papel da Amazônia, em Belém, com uma capacidade mínima de 35 t/dia, utilizando como matéria-prima papel velho para a produção de papéis-toalha, lenço e embrulho.



O homem vence a selva

